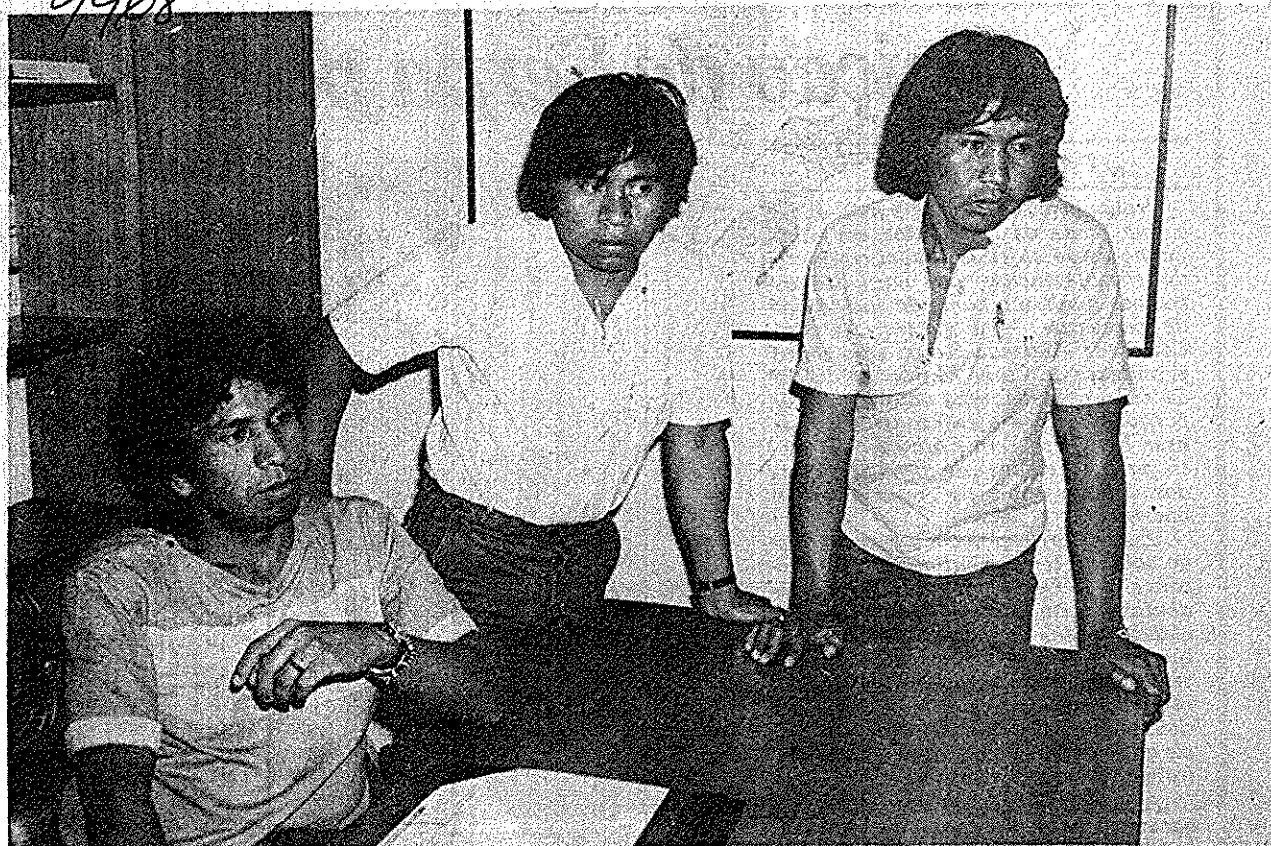


Líder Karajá acusa Funai de radical



Julio Fernandes

José Humberto Fagundes

Olair Karajá (sentado), liderando o movimento que deverá reunir 500 índios em Brasília

Índios ainda em pé-de-guerra

O clima de tensão entre os índios Txucarramãe, do extremo norte do Parque Indígena do Xingu — norte de Mato Grosso — somente será aliviado com a presença do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Otávio Ferreira Lima, que se recusa a atender a reivindicação das lideranças em comparecer à reserva sob o argumento de que não age sob pressão. Enquanto isso, mais de 220 índios armados para guerrear, exigem a incorporação de uma área de 15 quilômetros, situada à margem direita do Rio Xingu, antes pertencente ao Parque, desmembrada

quando da construção da Rodovia BR-080. Hoje, essa área é ocupada por fazendeiros com títulos de propriedade. Os silvícolas querem que Otávio vá até à localidade, pois desde 71 as sucessivas administrações do órgão tutelar vêm prometendo, em vão, a demarcação daquelas terras.

De acordo com a Funai, o seu presidente pretende ir à área quando a situação estiver calma, embora os índios afirmem que só liberarão o administrador do Parque, antropólogo Cláudio Romero e desintenderão a estrada, interrompida sexta-feira passada, quando Otávio ali

comparecer. Fica o impasse, que, segundo aquele organismo deve ser sanado até sexta-feira, ou no máximo no início da próxima semana.

Hoje, às 14 horas, haverá uma reunião entre índios e fazendeiros desarmados, mediada por Cláudio Romero, para tentarem um acordo, já que a Funai alega que o órgão não tem recursos para solucionar o caso, uma vez que as indenizações são altíssimas, e alguém vai ter que ceder.

Ontem, 130 guerreiros das tribos Jarina e Suiá chegaram a Kretire para auxiliar os 90 Txucarramãe em defesa dos seus direitos.

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Otávio Ferreira Lima, é mal-educado, radical e mal-informado, pois sequer conhece direito as áreas e os grupos indígenas do país. Além disso, é o responsável pelos problemas de terras que estão ocorrendo no Parque Nacional do Xingu. Ele marcou uma reunião com os índios e os fazendeiros da região, depois cancelou e marcou outra só com os fazendeiros.

Os indígenas repudiam esse tratamento e advertem para o perigo de conflito, conforme denunciou ontem o índio Olair Karajá, um dos organizadores do III Encontro Nacional de Povos Indígenas, a ser realizado em Brasília nos dias 2, 3, 4 e 5 de abril.

Ele lembrou ainda que, se até sexta-feira o problema não tiver sido resolvido, certamente os índios xinguanos prejudicados, e que estarão no Encontro de Brasília, tentarão resolver a questão à força. "Esperamos que isso não ocorra e já tentamos um acordo para evitar um conflito. O presidente da Funai, porém, mostra-se irredutível e diz que aguenta as consequências. Nós então vamos testá-lo para ver o que acontece", acrescenta ele.

— Se o branco mata o índio, fica por isso mesmo. Já, se o índio mata o branco... Esse raciocínio, inclusive, foi levado ao ministro do Interior, Mário Andreazza, em uma reunião da qual participou Olair Karajá, no mês passado. Ele afirma que o Ministro não desconhece a situação enfrentada pelos índios do Xingu, e o risco de um conflito armado, mas até agora nada fez para resolvê-la.

Pressionar o governo

Um dos objetivos principais dos mais de 400 líderes indígenas de todas as regiões do país, que se reunirão em Brasília na próxima semana, é a formação de uma frente ampla para pressionar o governo e o Congresso Nacional para excluir do projeto do novo Código Civil o item que considera "os silvícolas, nos termos da legislação especial", como "absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil".

Os índios acham que a aprovação do Código, assim como está, será um golpe mortal para eles, pois perderão a condição de tutelados, garantida pela lei em vigor, que os considera relativamente capazes. Discutirão ainda, durante o Encontro, o decreto 88.985, de 10 de novembro de 1983, que abriu a exploração mineral por empresas privadas em áreas indígenas. O relacionamento da Funai com os índios será também um dos temas centrais da reunião, organizada sem a interferência do "branco", mas com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que repassa a verba recebida principalmente de igrejas do exterior para a sustentação financeira do Encontro, informa Olair Karajá. "Tudo que for decidido, podem ter certeza que partirá exclusivamente dos índios".

— Nós estamos revoltados com a Funai pelo pouco caso que faz do índio. Nossas lideranças não são bem recebidas e o próprio presidente Otávio Lima não entende nada de índio e se recusa a receber orientação de nossa parte. Quem manda na Funai mesmo é o superintendente Lamartine e o diretor Carlos Grossi, que saiu fugido da área Pataxó, no Sul da Bahia, porque vendeu terra para os fazendeiros e os índios queriam matá-lo. Nós vamos discutir tudo isso, mas de uma coisa já sabemos: a Funai tem de mudar — assegura Olair Karajá.

Bolsas de estudo

Em busca de apoio político, circulavam ontem pelos corredores do Congresso Nacional os índios Sebastião de Souza Filho e Vilson Francisco. Eles tiveram suas bolsas de estudo canceladas pela Funai e também perderam o estágio que faziam na Telebrasil, como auxiliares de escritório e que assegurava a cada um Cr\$ 20 mil mensais, em troca de meio-expediente diário. Eles receberam apoio jurídico dos advogados José Geraldo de Sousa Júnior e Paulo Machado Guimarães, que entraram com mandado de segurança contra a decisão do presidente da Funai.

Sebastião e Vilson contestaram o argumento utilizado pela Funai de que tinham baixo aproveitamento escolar: "A diferença de cultura é grande e não recebemos orientação nenhuma dos monitores da Funai. Só porque eventualmente somos reprovados um ano, não significa que não temos condições de aprender. O próprio branco também é reprovado na escola". Eles negaram ainda que tenham invadido agressivamente o gabinete do presidente da Funai.

— Se você vai todos os dias e pede para ser recebido e sempre lhe dizem que o presidente está em reunião, que está ocupado ou lhe fazem esperar o dia inteiro e nada, chega uma hora em que você resolve entrar no gabinete para conferir. Foi isso que aconteceu. Aí o presidente, que estava no telefone, gritou com a gente e ainda chamou a Polícia Federal para nos prender. Como é que podemos ser chamados de agressores? — indagam perplexos os dois índios Terena, para quem na última esperança ainda está na Justiça dos "brancos".